



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7763 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

DESCOLONIZAR A EDUCAÇÃO INFANTIL

Otávio Henrique Ferreira da Silva - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DESCOLONIZAR A EDUCAÇÃO INFANTIL

O objetivo do presente texto é discutir a descolonização da educação infantil a partir das obras de Paulo Freire. A escolha que fizemos de neste artigo de aproximar Paulo Freire do campo da educação infantil em diálogo com o emergente debate de descolonização da educação das crianças de 0 a 5 anos (SANTIAGO; FARIA, 2015; ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012; ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014), está relacionada com a leitura sociológica sobre as desigualdades sociais que impactam as infâncias brasileiras (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012). Pode-se afirmar que não há uma única infância, as condições de desenvolvimento humano não são iguais para todas as crianças brasileiras. A desigualdade social no Brasil perpassa, sobretudo, por questões raciais, de gênero e classe social.

Segundo Abramowicz e Rodrigues (2014), de uma forma geral, o conceito de descolonização pode ser compreendido como a produção de novas possibilidades de experiências coletivas e individuais que vai ao encontro da diversidade de identidades que existem nas sociedades, rompendo com a centralização dos sentidos dos modelos hegemônicos e da lógica do capital. Quanto ao conceito de descolonização na perspectiva da educação infantil, este pode ser entendido “[...] nas possibilidades de constituir-se de maneira singular, produzindo e criando novas possibilidades de vida, de crianças(s), de infância(s) e pesquisa(s)” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014, p. 462).

Realizamos levantamento exploratório onde foram encontrados 40 títulos de livros publicados diretamente por Paulo Freire, dos quais, selecionamos oito para a composição do estudo (FREIRE, 1968[2019]; 1977[1978]; 1981[1989]; 1982[2020]; 1985; 1993[1997; 1993[2001]; 1996[2019]). Embora o autor não tenha tido experiências práticas e teóricas exclusivamente com crianças, desde suas primeiras obras são nítidas no pensamento do autor preocupações com a educação das crianças em nossa sociedade.

O problema do autoritarismo brasileiro além de estar presente no tratamento de grande parte dos ocupantes de cargos políticos com o povo, na relação da criança com sua família, na estrutura da escola com seus estudantes e profissionais, afeta também, a relação dos meninos e meninas com suas professoras. Quando uma prática pedagógica com as crianças faz com que elas sejam passivas diante de um pacote de conhecimento pronto e acabado, que apenas exige delas repetir o que a professora faz ou fala, é sinal que o autoritarismo está ali, vivo,

buscando novas crianças para colonizá-las. Ao invés desta prática estar convidando a criança a pensar, abstrair ou aprender, “[...] o que se faz é docilizar a criança, para que ela receba o pacote do conhecimento transferido. E eu estou totalmente convencido de que isso é um ato político também, e tem uma repercussão política enorme” (FREIRE; GUIMARÃES, 1982[2020], p. 55).

Silenciar-se, aquietar-se e amedrontar-se diante da liberdade das crianças nas atividades que são desenvolvidas no ambiente educativo, são facetas da professora autoritária que representa, essencialmente, seu próprio medo de conhecer o novo de gerar mais trabalho e de arriscar-se. Desse modo, educar crianças para a cidadania requer da professora ousadia, criatividade e abertura para o inesperado, já que é preciso ouvir a criança e conectar-se a ela, assumindo, então, que nem tudo estará sob controle do adulto (FREIRE; GUIMARÃES, 1982[2020]). Ouvir as crianças pode revelar as angústias delas, medos e opressões sofridas.

O tempo de formar as crianças para a cidadania que nada mais é do que o tempo de deixá-las serem quem são, bebês ou crianças, é o tempo da liberdade, da criatividade, da imaginação, de meninizar-se, de ter curiosidade, de revolucionar-se, de criar, inventar e reinventar. Nesse sentido, a professora precisa reinventar o tempo dos tempos pedagógicos, entendendo que tal esforço “[...] deve começar na pré-escola, intensificar-se no período da alfabetização e continuar sem jamais parar” (FREIRE, 1993 [1997], p. 26). Quanto mais o ser humano cresce e avança nas etapas da educação básica no Brasil, mais o tempo dele vai se tornando o tempo do capital, do vestibular, do emprego, do menor aprendiz, dos cursos profissionalizantes, do curso de inglês, de não se perder tempo, de ser um tempo produtivo economicamente e pouco humanamente.

Um trabalho pedagógico que cultive a curiosidade das crianças educando-as para a liberdade e cidadania não pode ser realizado sem forte senso de responsabilidade (FREIRE, 1993 [2001]). Para longe de qualquer adultocentrismo na relação com as crianças, a professora precisa assumir a sua autoridade junto a elas, orientá-las da maneira mais humana possível, corrigi-las sempre que os princípios humanos e o direito de outras crianças e adultos for negligenciado. Permitir que uma criança faça o que quiser é licenciosidade. Ao contrário de educá-la está, na verdade, deseducando-a e indisciplinando-a. Autoridade não é autoritarismo, e não significa agir com violência, oprimir ou controlar. A relação autoridade-liberdade possui uma tensão não muito bem resolvida, pois ainda se confunde, muitas vezes, autoridade com autoritarismo e liberdade com licenciosidade. Para Freire (1993 [2001], p. 36), é o bom senso da professora que permitirá exercer a sua autoridade, seja “[...] tomando decisões, orientando atividades, estabelecendo tarefas, cobrando a produção individual e coletiva do grupo [...]”, para que assim ela possa cumprir o seu dever de educar.

Uma instituição de educação infantil que realiza um sério trabalho na formação de crianças precisa se tornar um ambiente do “por quê?”, onde todos os seus espaços estimulam a curiosidade das crianças. O “por quê?” vindo da criança é uma virtude revolucionária essencial ao mundo que vivemos, ao Brasil, às vilas e favelas, ao quilombo, ao interior, ao campo, às aldeias, ao primeiro, segundo e terceiro mundo.

Uma prática pedagógica revolucionária que meniniza-se, que desperte a curiosidade, está empenhada para que perguntas e respostas estejam conectadas, acessíveis aos olhos, às mãos e à voz da criança. Assim, as pequenas vão também se descobrindo como curiosas e revolucionárias, que podem alimentar sonhos, utopias e o desejo de viver em um mundo mais feliz.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação de professores. Pedagogia descolonizadora. Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: CEERT, 2012, 221pp.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr/jun. 2014.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1981[1989], 48pp.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977[1978], 163pp.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996[2019], 143pp.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1968[2019], 253pp.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993[2001], 57pp.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1993[1997], 83pp.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 83pp.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Partir da infância: diálogos sobre educação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982[2020], 232pp.
- SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. *Educação e Fronteiras Online*. Dourados, v.5, n.13, p. 72-85, jan-abr. 2015.